

DUAS FORMAS DE RENEGOCIAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 05/10/1982

Há duas formas de renegociação da dívida externa: ou renegociamos nos nossos termos, ou renegociamos nos termos determinados por nossos credores. Em uma lamentável demonstração de incompetência e timidez não obstante a altivez do discurso do Presidente Figueiredo na ONU nossas autoridades monetárias optaram há tempo pela segunda alternativa.

Para os economistas da oposição, renegociar a dívida significa uma medida preventiva de caráter unilateral: a partir do diagnóstico de que caminhávamos inapelavelmente para a insolvência internacional, economistas como Maria Conceição Tavares afirmaram, pelo menos desde 1977, que deveríamos unilateralmente assumir a iniciativa da renegociação da dívida, re-escalando nossos vencimentos. Com essa medida, arriscada mas viável, o objetivo era ganharmos graus de liberdade para realizarmos uma política econômica austera mas não recessiva, que mantivesse o nível de emprego no país.

Os economistas do governo e os banqueiros locais sempre recusaram essa alternativa. Intimidados, queriam continuar a rolar a dívida, como se isso fosse possível eternamente. Ora, dados (1) o alto nível de nosso endividamento, (2) a elevação das taxas de juros em 1979, e (3) a contínua deteriorização de nossas relações de troca desde 1977, há muito ficara claro que isto não seria possível.

Para girar a dívida o Governo, apoiado nos banqueiros locais e em alguns líderes industriais irresponsáveis, passaram, a partir do final de 1980, a realizar uma política recessiva ortodoxa ou monetarista, baseada em altos juros e cortes de investimentos públicos. Começava assim a renegociação da dívida nos termos dos nossos credores. Agora, quando nossas reservas internacionais praticamente se esgotaram, o Governo ensaia medidas ainda mais drásticas de recessão econômica generalizada para obter a

confiança dos banqueiros internacionais. Estamos, portanto, em pleno processo de renegociação perversa de nossa dívida.

A quebra de caixa do Brasil ainda não aconteceu e talvez não aconteça porque o sistema financeiro internacional também depende desesperadamente de que continuemos a pagar normalmente nossos débitos. Mas com ou sem quebra de caixa é difícil imaginar perspectivas piores para a economia brasileira em 1983 com as medidas de recessão generalizada, com as quais o Governo nos ameaça. Já estamos há dois anos em recessão. A recuperação do início deste ano foi fugaz e já se esgotou. Como já era esperada, a recessão nada resolveu. Apenas criou desemprego, levou empresas à falência e atrasou a absorção de tecnologia moderna por nossa indústria. E, no entanto o Governo insiste obsessivamente em medidas ainda mais recessivas. Na Argentina o chefe da delegação do FMI teve um acesso de bom senso e acaba de afirmar que naquele país mais recessão nada resolverá. Nós, entretanto, ainda não estamos satisfeitos.

É claro que nossas autoridades econômicas e os empresários e economistas que a elas se subordina apresentam essa política econômica como “a única alternativa diante da crise internacional”. Não vou repetir que esse é o raciocínio dos tímidos e dos fracos. Que são possíveis medidas austeras (porque da austeridade e dos sacrifícios não podemos escapar), mas não recessivas. Pelo menos que não sejam recessivas em relação às atividades que não dependem de importações.

É inútil insistir que não faz sentido algum penalizar as atividades com baixo coeficiente de importações através de medidas recessivas generalizadas. E já não adianta mais falar em renegociação da dívida nos nossos termos, porque agora provavelmente já é tarde. Só faz sentido tomar a iniciativa da renegociação da dívida com caixa alta, e nossas reservas até de petróleo estão se esgotando.

Resta-nos, portanto, aguardar os acontecimentos e ver a crise aprofundar-se. Além de uma crise econômica e financeira, será a crise do medo e da irresponsabilidade social.(05/10)